

ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 003/TAGUS/10211/2018

PEQUENOS INVESTIMENTOS NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, Portaria n.º 249/2016 de 15 de Setembro e Portaria n.º 238/2017, de 28 de Julho, Portaria 46/2018 de 12 de Fevereiro e Portaria 214/2018 de 18 de Julho)

A submissão de candidaturas é efetuada entre 3 de Dezembro (09:00:00) de 2018 e 31 de Janeiro (16:59:59) de 2019 ao abrigo do disposto na Portaria supra identificada, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea a) do art.º 2.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a. Promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores;
- b. Contribuir para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos nas explorações agrícolas cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja superior ou igual a 1 000 € e inferior ou igual a 40 000 EUR.

3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL TAGUS - Associação para o Desenvolvimento do Ribatejo Interior, a saber:

- Concelho de Abrantes;
- Concelho de Constância;
- Concelho de Sardoal.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de 150.000 EUR (despesa pública).

5. NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS ADMITIDAS POR BENEFICIÁRIO

Durante a vigência temporal do presente anúncio, apenas se admite uma candidatura por atividade.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições exigidas nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

As candidaturas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstos nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria supra identificada, são seleccionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a seleção e hierarquização dos pedidos de apoio assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$VGO = 0,05 \times OP + 0,05 \times JA + 0,20 \times MFP + 0,20 \times PUE + 0,30 \times EDL + 0,20 \times PD$$

Em que,

OP - Agrupamentos ou Organizações de produtores

Atribuída em função do promotor ser ou não, membro do agrupamento ou organização de produtores reconhecidos no sector do investimento.

JA - Jovem Agricultor em primeira instalação

Candidatura apresentada por jovem agricultor enquadrado no conceito de primeira instalação, com candidatura aprovada ao abrigo da Ação 3.1 «Jovens Agricultores» do PDR 2020;

MFP - Melhoramentos Fundiários e Plantações

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem melhoramentos fundiários e plantações na exploração.



PUE - Proteção e utilização eficiente dos recursos

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a protecção e/ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos, nos termos da OTE 25/2016.

EDL - Contributo da candidatura para os objectivos da EDL.

$$ELD = 0,50 \times SAP + 0,40 \times IMR + 0,05 \times IJ + 0,05 \times PT$$

SAP - Sectores Agrícolas Prioritários

Atribuída em função do objecto da operação integrar-se nos sectores agrícolas prioritários, no âmbito da ELD TAGUS 2020.

- Olival;
- Produtos biológicos
- Frutos vermelhos;
- Hortofrutícolas.

Este critério verifica-se através da informação prestada em formulário de candidatura, designadamente no separador “Análise de Custos e Proveitos” - actividade principal, “plantações” e “Investimentos”.

Quando o objecto da operação incidir sobre produtos biológicos, deve ser comprovada em fase de candidatura, a respectiva certificação. Para produtos agrícolas que ainda não se encontrem certificados como produtos biológicos, deverá ser comprovada a condicionante, até ao último pedido de pagamento.

IMR- Inovação em Meio Rural

Ao critério IMR será atribuída a pontuação de 20 pontos, quando o investimento corresponder à incorporação de novas tecnologias, equipamento, produtos ou processos produtivos comparando com o existente à data da candidatura e verificado através das rubricas de investimento e memória descritiva da candidatura.

É atribuída a pontuação de 0, caso não corresponda à situação anterior.

IJ- Iniciativa Jovem

Ao critério IJ será atribuída a pontuação de 20 pontos, quando o beneficiário tiver idade igual ou superior a 18 anos e igual ou inferior a 40 anos e/ou o jovem deter mais de 50% do capital das sociedades.

É atribuída a pontuação de 0, caso não corresponda à situação anterior.

Este critério será mensurável através da apresentação do cartão de cidadão ou da apresentação da certidão permanente.

PT - Pedido de Apoio gerador de postos de trabalho.

Atribuída em função de a candidatura prever, ou não, a criação líquida de postos de trabalho, de acordo com a definição da alínea f) do art.º 4.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio e com a redação dada pela Portaria n.º 238/2017, de 28 de julho.

Este critério verifica-se através da informação prestada no separador “indicadores” do formulário de candidatura, na memória descritiva e na submissão da IES relativa ao ano anterior, inserida no separador “documentos” (quando aplicável).

Aos critérios de selecção indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de selecção.

PD - Pagamentos Diretos

Montante de pagamentos diretos recebido pelo beneficiário de acordo com três escalões:

≤5 000 € - 20 pontos

>5 000 € e ≤15 000 € - 10 pontos

>15 000 € - 0 pontos

Caso os investimentos não se encontrem devidamente classificados nas respetivas rubricas de investimento a pontuação não será atribuída. Em sede de análise da candidatura não haverá reclassificação de rubricas de investimento para atribuição de pontuação.

Aos critérios de seleção OP, JA, MFP e PUE será atribuída a pontuação de 0 ou 20, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção.

Ao critério PD será atribuída uma pontuação de 0, 10 ou 20, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos subcritérios de seleção.

Ao critério EDL será atribuída uma pontuação entre 0 e 20.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios

- 1º - Candidatura apresentada por Jovem Agricultor;
- 2º - Candidatura com maior pontuação no critério EDL;
- 3º - Ordem de receção de candidatura no sistema de informação.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite de 25 000 EUR de apoio por beneficiário.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é de 50%, conforme definido no Anexo II da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

No caso de candidaturas apresentadas pela primeira vez, não se aplica a exceção presente no disposto do n.º 3 das despesas elegíveis, constantes no anexo I da portaria 152/2016, de 25 de maio, com as alterações subsequentes, pelo que quaisquer despesas só são elegíveis a partir da data da submissão das candidaturas.

Às candidaturas que transitam de períodos anteriores, não é aplicável o mencionado no paragrafo anterior.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do anexo I da portaria citada.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.portugal2020.pt, do PDR2020 em www.pdr-2020.pt ou no sítio do GAL em www.tagus-ri.pt e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio do GAL em www.tagus-ri.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL TAGUS através do endereço tagus2020@tagus-ri.pt, ou pelo telefone +351 241 106 000.

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

Abrantes, 28 de novembro de 2018

O Presidente do Órgão de Gestão



Sérgio Miguel Pereira Oliveira